

O MOVIMENTO EDUCA: MACANUDOS E A (RE) EXISTÊNCIA COLETIVA NA UNIVERSIDADE

THE EDUCA MOVEMENT: MACANUDOS AND THE COLLECTIVE (RE) EXISTENCE IN THE UNIVERSITY

EL MOVIMIENTO EDUCA: MACANUDOS Y LA (RE) EXISTENCIA COLECTIVA EN LA UNIVERSIDAD

Carine Ortiz Fortes¹

Charlene da Costa Bandeira²

Tainá Valente Amaro³

Luciane dos Santos Ávila⁴

Marcel Jardim Amaral⁵

Caroline Ortiz Fortes⁶

29

Resumo: Este artigo busca apresentar as conquistas e desafios travados por um coletivo de negras/os no extremo sul do Brasil: denominado Coletivo Macanudos. A partir da perspectiva metodológica pautada pela Escrivência, iniciamos pela descrição histórica do Coletivo construída pelas/os próprias/os participantes e autores deste estudo, para então, nos debruçamos sobre os processos histórico-sociais que constituem o campo da educação. Desde sua fundação, no ano de 2012, este coletivo promove espaços de fortalecimento da luta antirracista e afetividade entre as/os estudantes negras/os, e tenciona a perspectiva racial hegemônica e eurocêntrica presente nas instituições de ensino, especificamente no ensino superior. O coletivo destaca a sua atuação direcionada para construção de algumas políticas educacionais, que visam diminuir as desigualdades raciais e sociais no acesso e permanência de pessoas negras à Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Ao longo desses anos, diversas atividades foram desenvolvidas dentro e fora dos muros universitários, tendo influenciado não só o funcionamento da FURG, mas a cidade de Rio Grande - RS. Destacamos que a

¹Graduanda em Psicologia (FURG). Bolsista em Iniciação Científica (NEABI-FURG). E-mail: carinefortes@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6212-8136>.

²Graduanda em Psicologia (FURG). E-mail: charlenebandeira@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8642-4247>.

³Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (UERJ). Bolsista FAPERJ NOTA 10. Bacharel em Psicologia (FURG). E-mail: tainaamaro88@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4765-1818>.

⁴Mestre em Educação e Licenciada em História (FURG). Graduanda em Teatro Licenciatura (UFPEL). E-mail: lu-aneavila@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9061-9880>.

⁵Doutorando em Educação Ambiental e Mestre em Educação (FURG). Bacharel em Serviço Social (Faculdade Anhanguera do Rio Grande). E-mail: marceljardimamaral1992@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0712-7357>.

⁶Graduanda em História Licenciatura - FURG. E-mail: cofetc2@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3567-9626>.

história e atuação do Coletivo Macanudos têm como referência a ação dos movimentos negros no Brasil, e a coletividade se apresenta como forma de (re)existir às adversidades vivenciadas neste contexto.

Palavras-chave: Coletivo Negro. Educação. Políticas Educacionais.

Abstract: This article seeks to present the achievements and challenges faced by a collective of black women and men in the extreme south of Brazil: called Coletivo Macanudos. From the methodological perspective based on *Escrevivência*, we start by the historical description of the Collective built by the participants and authors of this study, and then we look at the historical-social processes that constitute the field of education. Since its foundation in 2012, this collective has promoted spaces for strengthening the anti-racist and affective struggle among black students, and intends the hegemonic and eurocentric racial perspective present in educational institutions, specifically in higher education. The collective highlights its work directed towards the construction of some educational policies, which aim to reduce racial and social inequalities in the access and permanence of black people to the Federal University of Rio Grande - FURG. Over these years, several activities were developed inside and outside the university walls, having influenced not only the functioning of FURG, but also the city of Rio Grande - RS. We emphasize that the history and performance of the Coletivo Macanudos have as reference the action of black movements in Brazil, and the community presents itself as a way of (re) existing to the adversities experienced in this context.

Keywords: Black Collective. Education. Educational Policies.

Resumen: Este artículo busca presentar los logros y desafíos que enfrenta un colectivo de mujeres e hombres negros en el extremo sur de Brasil: llamado Coletivo Macanudos. Desde la perspectiva metodológica basada en la *Escrevivência*, partimos de la descripción histórica del Colectivo construida por los participantes y autores de este estudio, y luego miramos los procesos histórico-sociales que constituyen el campo de la educación. Desde su fundación en 2012, este colectivo ha impulsado espacios para fortalecer la lucha antirracista y afectiva entre los estudiantes negros, y pretende la perspectiva racial hegemónica y eurocéntrica presente en las instituciones educativas, específicamente en la educación superior. El colectivo destaca su trabajo encaminado a la construcción de algunas políticas educativas, que apuntan a reducir las desigualdades raciales y sociales en el acceso y permanencia de los negros a la Universidade Federal de Rio Grande - FURG. A lo largo de estos años, se desarrollaron diversas actividades dentro y fuera de los muros de la universidad, habiendo influido no solo en el funcionamiento de la FURG, sino también la ciudad de Rio Grande - RS. Destacamos que la historia y actuación del Coletivo Macanudos tiene como referencia la acción de los movimientos negros en Brasil, y la comunidad se presenta como una forma de (re) existir a las adversidades vividas en este contexto.

Palabras-clave: Colectivo Negro. Educación. Políticas educativas.

Introdução

[...] a luta dos negros está na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade étnico-racial, são utilizadas não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações de políticas. Em outras palavras, para o Movimento Negro, a

“raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno e um projeto comum de ação (DOMINGUES, 2007, p. 102).

Considerando os movimentos negros “enquanto forma de organização política e de pressão social – não sem conflitos e contradições – [que] têm se constituído como um dos principais mediadores entre a comunidade negra, o Estado, a sociedade, a escola básica e a universidade” (GOMES, 2017, p. 42), acreditamos ser de extrema importância refletir sobre a participação e constituição do o(a) negro(a) em contexto afrodiáspórico, a partir das organizações coletivas, para entender quem foram/são os agentes na luta pela real democratização da educação no Brasil.

A materialização e a efetivação da luta antirracista perpassa também por políticas educacionais que, ao atentar-se para outros saberes produzidos – não hegemônicos – reconhece em sua transversalidade, o protagonismo que a sociedade civil traz para o debate, expondo suas demandas, ao denunciar a opressão e/ou colonização, anunciando, por consequência, estratégias e possibilidades de fortalecimento da comunidade negra.

Assim, temos como objetivo apresentar neste trabalho, a trajetória de um coletivo negro universitário, no que se refere à participação social na fiscalização, manutenção e efetivação das ações afirmativas no âmbito do Ensino Superior. Nesse sentido, propomos, em primeiro momento, a análise da trajetória histórica e, posteriormente, as conquistas do Coletivo de Negras e Negros Macanudos, para compreender os desafios, as resistências e as conquistas de uma construção política coletiva negra em meio aos contrastes e incoerências que se fazem presente no interior do Rio Grande do Sul.

Enquanto perspectiva metodológica, podemos compreender este trabalho tal qual um relato de experiência, com foco nas potencialidades que a Escrivivência nos possibilita. Este conceito proposto por Conceição Evaristo (2020), pode ser entendido como:

Um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos. (EVARISTO, 2020 p. 30).

A escrevivência coloca em evidência nossas experiências enquanto pessoas que, como já mencionado, experienciam a diáspora em uma conjuntura brasileira; e é pensada como um mecanismo que propõe o rompimento com a lógica de que não podemos escrever sobre nós mesmos, e imprimir nossos sentimentos na escrita.

Os oito anos de História do Coletivo Macanudos

O Coletivo Macanudos foi originalmente pensado por estudantes da Universidade Federal de Rio Grande (FURG) – localizada no interior do extremo Sul do Brasil – que almejavam debater a temática negra; e por participantes do Projeto de Extensão COMUF (Comunidades FURG), que tinha por objetivo atender às demandas de grupos periféricos e marginalizados da cidade de Rio Grande: comunidades quilombolas, indígenas e LGBTQIA+, tendo em vista o apagamento sistemático que essas populações sofrem através da constante deslegitimação da sua participação na história do Sul do país.

O coletivo foi composto por pessoas pretas e brancas, mas centrado nas questões e demandas das relações étnico-raciais, com o foco nas especificidades das pessoas pretas. Nesse sentido, o nome do coletivo foi escolhido como forma de homenagear a comunidade remanescente quilombola Macanudos, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, composta pela Família Amaral, residente no Distrito da Quinta, no interior de Rio Grande (AMARAL, 2019).

A história contada, de geração em geração, e relatada pelos/as quilombolas Macanudos, afirma-nos que em 1850, Maria B'agala, mulher negra escravizada no Nordeste do Brasil, desloca-se para o Rio Grande do Sul, onde adquire a liberdade e um lote de terra na região da Quitéria, localizada em Rio Grande - RS. De acordo com os quilombolas, quando Maria “deixou” as terras gaúchas, seus/suas filhos/as deram continuidade à comunidade. A principal forma de subsistência da família era o plantio de cebola e outros alimentos que eram partilhados de forma comunal. Na década de 80, com a queda da venda de cebola e a pressão imobiliária, a comunidade foi obrigada à ocupar o território da região da Quinta, um bairro de Rio Grande, e abdicar do trabalho agrícola para tornar como principal fonte de renda, naquela época, o serviço doméstico e o trabalho nas fábricas de peixe.

A família é chamada pelos/as outros/as moradores/as da localidade de “Macanudos”, que significa “negro forte, batalhador”. Alguns membros da família foram para outras localidades, mas os saberes quilombolas nunca deixaram de ser partilhados e resguardados

entre eles e elas (GOULART, 2013). Ao solicitar a permissão junto à comunidade para a homenagem deste nome, esperou-se contribuir, mesmo que minimamente, no destaque a história e resistência negra quilombola no município de Rio Grande.

Figura 1: Símbolo do Coletivo Macanudos.



Fonte: Arquivo do Coletivo (2013).

A partir das atividades desenvolvidas no COMUF e na Comunidade Quilombola, os estudantes começam a perceber a necessidade em alinhar e estruturar suas lutas, compreendidas até então como individuais, mas que se tornam coletivas, na tentativa de fomentar a criação de laços e redes de cuidado em um contexto desafiador, como o ensino superior. Sob influência do Movimento Negro brasileiro, no ano de 2012, é fundado o “Coletivo de Estudantes Negras e Negros Macanudos” que, uma vez enraizado, teve como objetivo primordial possibilitar um ambiente no qual houvesse a oportunidade de discutir, fiscalizar e assegurar os direitos conquistados dentro e fora da Instituição Universitária, orientando-se pela luta da equidade étnico-racial, e baseando-se em uma organização democrática, horizontalmente estruturada, sem fins lucrativos; em que o cuidado se faz parte fundamental da estrutura ainda vigente do grupo (AVILA, 2017).

Consideramos importante perceber que o momento histórico cujo o Coletivo Macanudos se estrutura, é marcado pela ainda não-vigência da política de cotas na FURG, e isto refletia em pouca acessibilidade de pessoas pretas à universidade, assim, um dos principais objetivos do coletivo era o de assegurar e ampliar o acesso para estas pessoas (BANDEIRA, 2019). Nesse sentido, consideramos que o surgimento de coletivos negros são estratégias necessárias de sobrevivência e partem de mecanismos de enfrentamento a essa estrutura social excludente, onde, neste caso, transforma a permanência enquanto possibilidade, além de (re) existir e visualizar-se na academia, a partir da criação autônoma de

“espaços de resistência, liberdade, empoderamento, fortalecimento, politização, estudos e afetividade” (CAIXETA, 2016, p. 8), seguindo a lógica “nós por nós, de nós e para nós”.

No decorrer desses oito anos, o Coletivo passou por transformações internas e, atualmente, é composto por pessoas negras, com ou sem vínculo institucional com a FURG. Dessa forma, o Coletivo deixa de ser identificado como “Coletivo Macanudos de Estudantes negros e negras da FURG” e passa a ser descrito como “Coletivo Macanudos de Negras e Negros de Rio Grande”.

Entre as diversas atividades que foram promovidas durante estes anos, visamos construir ambientes de conversas, partilhas, construções e formações que possam potencializar a construção subjetiva de cada um e uma de nós, além de transformar e resignificar nossa realidade objetiva, tendo em vista a resistência e o combate ao racismo, ao sexismo, à violência e à opressão vivenciada cotidianamente. Este artigo é também uma forma de homenagear as conquistas significativas através da luta a favor das políticas educacionais com atividades desenvolvidas, contribuindo para a efetivação de direitos e a não violação da equidade.

Coletividade importa! Quais são as mudanças institucionais e epistemológicas em andamento?

O que a Pedagogia e as práticas pedagógicas teriam a aprender com o Movimento Negro entendido como ator político e educador? E o campo das Humanidades e das Ciências Sociais? O que os cursos de formação de professoras e professores sabem e discutem sobre esse movimento social e suas demandas por educação? E os cursos de pós-graduação das Humanidades e Ciências Sociais? O que os currículos têm a aprender com os processos educativos construídos pelo Movimento Negro ao longo da nossa história social, política e educacional? A pós-graduação dialoga com esses aprendizados? E têm integrado em seus corpos docente e discente sujeitos negras e negros que fazem parte ou foram reeducados por esse movimento social? Que sabedorias ancestrais o Movimento Negro nos ensina? Como ele nos reeduca? (GOMES, 2017, p. 13).

Para analisar um coletivo negro, que tem sua gênese em uma instituição de ensino superior, é imprescindível compreender os processos que constituem a acessibilidade – ou não, da população negra à educação no Brasil. Nesse momento, a nossa intenção é evidenciar as nuances causadas pela negação histórica e institucional do acesso de pessoas negras a instituições de ensino (RIBEIRO, 2014), visto que esses impedimentos histórico-institucionais ainda refletem na realidade da população brasileira, uma vez que lidamos com uma situação paradoxal, em que “a questão do negro brasileiro está presente em sala de aula”

(SANTOS, 2016, p. 11), mas por vezes, o sujeito não. A história da educação nacional é marcada pelas interferências do passado, que modificam constantemente o presente.

Fazemos, portanto, um resgate, em que involuntariamente nos debruçamos sobre o período pré-abolição, onde existia a proibição de negros/as de frequentarem escolas públicas, fossem eles/as escravizados/as ou livres (FONSECA, 2002, p. 12), até chegarmos à realidade atual, em uma conjuntura em que as manifestações do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018), no cotidiano, impedem-nos de experienciar o processo de educação-aprendizagem de forma plena, estabelecendo diversas problemáticas raciais, em que a população negra carece de políticas públicas efetivas, lida com estereótipos racistas desde muito cedo e sofre constantes discriminações no ambiente escolar.

Além disso, percebe-se que o acesso à educação, influencia diretamente na ascensão social da comunidade negra, aliás; é justamente os obstáculos instituídos no acesso, na permanência e continuação da educação, que reflete continuamente no ínfimo número de negros/as que “encerram o ensino médio e passam a frequentar as universidades e faculdades do país, visto que, em grande maioria, já na adolescência, estes precisam conciliar o trabalho com a formação profissional, ocasionando em evasão” (AMARAL, 2019, p. 100).

Sabemos que “o objetivo da ação afirmativa é superar essas contingências e promover a igualdade entre os diferentes grupos que compõem uma sociedade” (MARTINS DA SILVA, 2001, p. 11). Porém, ao analisarmos o que significa a presença de pessoas negras no ensino superior (seja através das ações afirmativas ou não) e as narrativas presentes no senso comum, as políticas de ações afirmativas são visualizadas enquanto sinônimos pejorativos de “vitimismo”; “assistencialismo” ou ainda “cotas para negros”, desconsiderando e deslegitimando a real intenção da política e os diversos outros grupos que são contemplados pelas ações afirmativas.

A Lei Federal 12.711 de 2012 é a que dispõe sobre o ingresso no Ensino Superior, e reserva 50% das vagas para ingressantes, que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escola pública e se autodeclarem pretos, pardos e indígenas, e pessoas com deficiência (BRASIL, 2012), mas deste montante, apenas 20% das vagas são destinadas aos candidatos pretos/as e pardos/as. É importante visualizar que as ações afirmativas têm por objetivo um “tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalizações criadas e mantidas por uma estrutura social excludente e discriminatória” (BRASIL, 2005, p. 12).

Não é à toa que de lá para cá, tanto os coletivos, como a comunidade e os movimentos negros, possuem “quase os mesmos opositores: um Estado violento, autoritário e repressor e

uma ideologia que nega todo conflito de raça ou de classe. As pautas do movimento se modificaram, e o neoliberalismo aprimorou a forma de opressão” (FEFFERMAN, 2013, p. 11). Concordamos com o autor Abdias do Nascimento, quando diz que o sistema educacional brasileiro vem funcionando como aparelhamento de controle na estrutura de discriminação cultural, já que em pleno século XXI:

Tampouco à universalidade da universidade brasileira o mundo negro-africano tem acesso. O modelo ocidental europeu ou norte-americano se repete, e **as populações afro-brasileiras são tangidas para longe do chão universitário como gado leproso. Falar em identidade negra numa universidade do país é o mesmo que provocar todas as iras do inferno, e constitui um difícil desafio aos raros universitários afro-brasileiros** (NASCIMENTO, 2017, p. 114; grifos nossos).

Para Nascimento (2017), a universalidade da universidade no Brasil não contribui para a intelectualidade da população negra de forma significativa, visto que o modelo cartesiano e sua filosofia mecânica está presente na grade curricular comprometida com o paradigma antropocêntrico de mundo. Ou seja, o colonialismo, para muito além de todas as formas de dominação física, foi obviamente uma proposta que cumpre com a função de dominação “epistemológica, uma relação extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizadas, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade (SANTOS; MENEZES, 2010, p. 11).

Na academia, nos posicionamos enquanto uma proposta que contemple o processo contra-hegemônico, e constantemente confrontamos o “monopólio científico” (BOURDIEU, 1983, p. 122). Reivindicamos o nosso espaço de produção de conhecimento e diversas vezes tivemos que lidar com a resistência institucional que advém da presença de estudantes negros que tomam “posse do território intelectual” (HOOKS, 2013, p. 91), e que cobram aquilo que é de direito. Nós nos visualizamos enquanto sujeitos, indivíduos e autores de nossas histórias, e não mais enquanto objeto, o que nos faz pensar, neste momento, na construção de nossa autoestima a partir daquele grupo e daqueles que se identificavam enquanto “integrantes do Coletivo Macanudos”; e exercemos constantemente o papel de rebeldia, “criador e propagador do desassossego e o papel de produtor de escândalo, se necessário” (SANTOS, 1997, p. 18), para destituir as amarras propostas pelo conhecimento hegemônico acadêmico.

O conhecimento dos povos pretos e originários ultrapassou longos períodos de “conquista, expropriação, genocídio e escravidão” (HALL, 2009, p. 30), é constantemente

negado a nós mesmos e a outras identidades. Nesse sentido, através dos ambientes de debates e atividades do Coletivo, foi possível estabelecer uma série de reencontros com as diferentes formas de produções de conhecimentos e representatividades negras. Tal fato reflete em mudanças nos paradigmas do saber-poder estabelecidas na FURG, e transforma drasticamente algumas estruturas a partir da resistência do Coletivo Macanudos. Pode-se dizer que o surgimento e a permanência do Coletivo Macanudos, em uma perspectiva temporal, histórica, social e institucional, marcam um “antes” e um “depois” das relações institucionais e interpessoais.

Os princípios básicos do coletivo podem ser condensados como: servir de conexão e acolhimento mútuo de negras/os; auxiliar em casos de discriminação; atuar no debate sobre políticas de ações afirmativas dentro da FURG, por uma questão de paralelismo: implantar cotas sociais, com recorte racial na instituição de ensino e a criação de políticas de permanência. Além disso há a atuação no debate sobre políticas de ações afirmativas dentro da FURG, a promoção de eventos acadêmicos, culturais, sociais e de formação política (não-partidária), a averiguação da forma em que os projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão da FURG atendem à demanda por pesquisas e intervenções na temática étnico-racial, bem como a luta pela manutenção das vagas específicas para (quilombolas e indígenas) e pela real democratização do ensino superior.

Percebemos, no decorrer deste processo, que a universidade e a maneira como a mesma interage com as diversas comunidades (periféricas, tradicionais, escolares etc.) formam o cerne de diversas problemáticas, que em contrapartida, estão sendo revistas como consequência do processo de democratização pelo qual instituição universitária está passando, na medida em que novos/as sujeitos/as adentram, ocupam, e disputam este espaço.

E estes indivíduos trazem consigo, também novas possibilidades e perspectivas que vão remodelando não só a maneira como se produz conhecimento, mas os próprios conhecimentos já produzidos, uma vez que há uma tendência dos estudantes negros – e outros estudantes pertencentes à grupos marginalizados, em seus processos de formação e atuação no campo acadêmico, construir uma ciência que seja comprometida com suas realidades e experiências, gerando constantes possibilidades de uma ruptura na *episteme* ainda sustentada pela hegemonia branca, ocidental, cisgênero, heterossexual e de classe média alta. O autor Grosfoguel (2016) nos ajuda a compreender essa sistematização do conhecimento acadêmico ao evidenciar que

o racismo/sexismo epistêmico é um dos problemas mais importantes do mundo contemporâneo. O privilégio epistêmico dos homens ocidentais sobre o conhecimento produzido por outros corpos políticos e geopolíticas do conhecimento tem gerado não somente injustiça cognitiva, senão que tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo. A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais tem gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo”. (GROSFUGUEL, 2016, p. 25).

Desta forma, as atividades desenvolvidas pelo Coletivo Macanudos, ao longo desses anos, são vistas enquanto uma tentativa de estabelecer, de fato, um vínculo com as comunidades adjacentes e também ecoar a voz silenciada de sujeitos marginalizados, principalmente daqueles e daquelas que não tiveram acesso à esse espaço acadêmico. Assim, diversas intervenções foram promovidas na Universidade e, principalmente, fora dela.

Ações realizadas e conquistas obtidas

Um avanço da atualidade – mesmo que a passos lentos – é o processo de pluriversalidade de ideias que os condenados da terra (FANON, 1968) potencializam a partir do ingresso na universidade, e o comprometimento em reivindicar epistemologias que se aproximem e visem à transformação da realidade. Exemplo disso, são lutas e atividades que constituem a história do Coletivo Macanudos: Em 2012, estrutura-se uma das nossas primeiras intervenções no cotidiano acadêmico, com a atividade denominada “Quartas Negras”, momento de debate e problematização partindo de produções cinematográficas.

Estes encontros buscavam dar conta de nossa compreensão sobre a relevância de participarmos ativamente dos processos políticos de nossa sociedade, de forma refletida e orientada por noções de coletividade. Foi com este intuito que criamos um momento, no qual pudéssemos pensar sobre os processos de violência aos quais estamos expostos; e discutirmos, com base nas produções audiovisuais, outras formas de utilizarmos nossos recursos em um espaço em que predomina e se valoriza somente a escrita. Ao iniciarmos

nossas atividades, criamos também um Blog⁷, com intuito de divulgar nossas ações e nossa história.

No mesmo ano, ocorre outras manifestações artísticas negras na região sul, o Macanudos, juntamente com o Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas (NEABI) e o Nós do Sul: Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Currículo realizaram o evento: “Negro é Poder: Consciência Negra da FURG”, com apresentações artístico-políticas de “Afoxé Filhos de Xangô”, “Mr. Diones” e “Trovão das Quadras”.

Em 2013, criamos o projeto “Pare, Pense: Por Quê?”, onde por meio de palestras, a intenção era fomentar, ampliar e instrumentalizar os/as discentes para participarem ativamente das políticas universitárias. Desenvolvemos uma série de atividades ao longo do ano letivo de 2013, promovendo a discussão de questões relacionadas a temáticas étnicas, de gênero e sociais.

No ano de 2014, organizamos a primeira edição do “Café Preto”, como forma de chamar novos/as integrantes e dar as boas-vindas às/aos novas/os estudantes da Universidade. O evento teve como principal objetivo a valorização/celebração das identidades (mulheres, homens, homossexuais, heterossexuais, bissexuais, negros, indígenas, brancos etc.); sobretudo no que tange à nossa aproximação com a luta pelos direitos humanos das chamadas “minorias”. Nesse ano, também foram iniciadas oficinas em diversas escolas da periferia de Rio Grande, com a intenção de trabalhar as questões étnico-raciais, momento em que, através de curtas, músicas e outras ferramentas, discutíamos sobre identidades, acesso à universidade, negritude, cultura, racismo e desigualdade social.

A autora Bandeira (2019) fala sobre a importância da ação do coletivo nos bairros, com intuito de refletir em uma mudança de perspectivas para os jovens e na ampliação de possibilidades:

morar em uma cidade onde existe uma universidade pública e gratuita e dentro das escolas de ensino regular este conhecimento sobre a universidade não chegar, possibilita um muro invisível de exclusão, as escolas públicas sofrem geralmente com a falta de recursos, estrutura física precária, falta de material em boas condições e profissionais mal remunerados são algumas das problemáticas vivenciadas neste espaço. E de onde vem os alunos destas escolas? geralmente são crianças pobres e e/ou negras dos bairros periféricos e afastados dos grandes centros. A Universidade Federal do Rio Grande é rodeada por bairros periféricos, alguns jovens para ir de um lado ao outro da cidade cortam caminho pela FURG, no entanto essa aproximação com os

⁷ <http://coletivomacanudos.blogspot.com/>

bairros não permitiu que esses jovens pudessem se enxergar lá dentro. (BANDEIRA, 2019, p. 35).

Nestas atividades, realizávamos oficinas de turbantes e instrumentos musicais que valorizam a cultura africana e afro-brasileira, com o objetivo de abordar a estética negra, bem como estimular o respeito e a promoção da equidade racial no âmbito escolar. Tivemos também a possibilidade de debater a Lei de Cotas, inclusive em cursos de graduação da própria FURG.

A partir do ano de 2015, passamos a realizar atividades de acolhida, principalmente no início dos semestres, aos calouros negros da FURG, com objetivo de apresentar o Coletivo e proporcionar um ambiente de acolhimento àqueles que estavam chegando, além de criar um espaço de integração e de abertura para que novas pessoas viessem a integrar o coletivo. Foi organizado o “I Seminário de Negras e Negros de Rio Grande: Contra a Fantástica Fábrica de Cadáveres, a Fúria Negra Ressuscita Outra Vez - Nós por nós” e o nome do seminário reflete três aspectos de discussões importantes para o coletivo: o genocídio da população negra, a (re)existência através da palavra e a coletividade em lugar do individualismo (BANDEIRA, 2019).

O seminário teve por objetivo desenvolver espaço onde as comunidades universitárias, periféricas e setores institucionais, pudessem dialogar e potencializar a luta antirracista, promovendo o acesso de matrizes afro-brasileiras. Diversos intelectuais negras(os) de variadas partes do Brasil, compareceram ao Seminário para debater pautas como: homofobia, transfobia, encarceramento da juventude negra, genocídio negro, feminilidades e masculinidades negras, entre outros. Todas as discussões tinham a centralidade racial, com o protagonismo dos sujeitos negros, o que possibilitou estreitar os laços na luta antirracista.

Outras importantes ações desenvolvidas, em parceria com o movimento social negro da cidade, foram as duas edições das festas idealizadas, organizadas e promovidas pelo Coletivo em 2017 e 2018: “I Festa Black do Coletivo - Acolhida Cores e Valores - O Baile”; e “Cores e Valores II - A Noite é Preta e maravilhosa”. Pensadas como parte da programação de acolhida dos estudantes cotistas, compreendendo os espaços culturais, também como um espaço político, visando valorizar a cena artística rio-grandense, foram convidados artistas locais que exaltam através da música a identidade, negritude e a resistência negra. (BANDEIRA, 2019, p. 39).

Nossas atividades sempre tiveram entrelaçadas com as conquistas do Coletivo Macanudos no que tange às transformações de ordem institucional, pois isso representa

persistência, perseverança, organização, sentimentos diversos que vão desde a alegria à sensação de que “ainda não é suficiente”. E representa, principalmente, muitas horas de encontros e reuniões com o intuito de alinhar as nossas expectativas, esperanças e sonhos. Destacamos as principais conquistas obtidas pelo Coletivo:

A) **Do acesso específico para estudantes quilombolas:** Participamos ativamente no processo de criação e implementação de vagas específicas para quilombolas na FURG, para que os próprios pudessem construir, ocupar, protagonizar, desenvolver e retornar suas pesquisas para suas comunidades, com a veracidade, respeito e potência que nenhum outro poderia, pois sabemos que as diferentes produções estão, de alguma forma, ligados às suas vivências e identidades. Vale ressaltar que a FURG é pioneira no Estado do Rio Grande do Sul no que diz respeito ao processo seletivo específico para estudantes oriundos/as de comunidades remanescentes quilombolas. Com a efetivação do processo, o Coletivo passou a participar no âmbito de manutenção e qualificação do mesmo. Ademais, com a intenção de atender às demandas das Comunidades Quilombolas dos Macanudos (Rio Grande) e Vila Nova (São José do Norte), o Coletivo Macanudos realizou nos anos de 2012 a 2014, cursos pré-vestibulares gratuitos para estudantes egressos do Ensino Médio, e interessados em pleitear as vagas específicas para quilombolas na FURG. As atividades ocorreram na Escola Municipal Olavo Bilac na Vila da Quinta (zona rural de Rio Grande). Essa experiência possibilitou ampliar nossos horizontes sobre a luta das comunidades tradicionais pelo acesso e permanência no ensino superior, assim como nos foi possibilitado perceber as relações étnico-raciais que nos atravessam diuturnamente.

B) **Da implementação das políticas públicas federais e seus desdobramentos:** No ano de 2012, a mobilização do Coletivo, em parceria com o movimento estudantil, garantiu assentos nas seguintes instâncias de políticas universitárias da FURG: no Grupo de Trabalho para Estudo e Implementação da Lei 12.711/2012 (Lei de Cotas); no Conselho Universitário (CONSUN), órgão máximo deliberativo da FURG; e no Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração (COEPEA) – órgão superior deliberativo da Universidade. Também integramos a comissão do Programa de Ações Afirmativas – PROAAf. A partir das participações nestas instâncias, e em consequência à pressão exercida pelo movimento negro e social, a FURG efetivou a Lei nº. 12.711/2012, implementando inicialmente 30% das vagas destinadas para as cotas, com acesso concomitante, mas ainda insuficiente na perspectiva dos movimentos negros e sociais. Em desagrado com o percentual destinado pelo CONSUN, seguiu-se a luta pelo que acreditávamos ser o mais adequado,

visando à conjuntura de acesso da população negra ao ensino superior; e, em 2014, novamente, via Conselho Superior, conseguimos a aprovação da ampliação de reserva de 50% das vagas para pretos, pardos e indígenas. No ensejo, ao interpretar de forma errônea a Normativa nº 12 do MEC, foi retirado o acesso concomitante dos estudantes cotistas.

C) **A Implementação da Comissão de Heteroidentificação em 2017:** Ao reivindicarmos as cotas com especificidades étnico-raciais, apontamos a necessidade de fiscalização dessa política, tão cara para o movimento social negro. Tal fiscalização não foi feita por parte das universidades, e o que pudemos observar estas vagas sendo sistematicamente preenchidas por pessoas brancas, pois para ingressar pelas vagas reservadas às pessoas negras, fazia-se necessário apenas uma autodeclaração racial do candidato. As fraudes no sistema de cotas foram alvo de denúncias à nível nacional, até que, a partir da orientação normativa nº 3/2016 do Ministério do Planejamento, algumas instituições passaram a incorporar processos de heteroidentificação (identificação realizadas por terceiros). O coletivo, mais uma vez, cobrou da FURG que tal procedimento fosse adotado pela Universidade, exigindo da gestão um posicionamento político no que tange o cumprimento das ações afirmativas “com os olhos voltados aos efeitos no combate ao racismo, ao preconceito e na diminuição das injustiças sociais que a política de cotas pode desencadear ainda que seja a longo prazo”. (NUNES, 2018, p.12). Com as frequentes negativas, fez-se necessário exigir da gestão pública, através de uma denúncia no Ministério Público Federal – MPF – aquilo que parecia óbvio: responsabilizar-se pela efetivação da ocupação das vagas pelos sujeitos de direito. Com a notificação do MPF, em agosto de 2016, a FURG constituiu, já em janeiro/2017, a Comissão de Aferição da Veracidade da Informação dos Candidatos que se Autodeclararem Pretos ou Pardos, representando um marco importante para a real efetivação e respeito às políticas públicas.

D) **A conquista do acesso concomitante em 2018:** A política de cotas torna obrigatória a reserva de vagas aos candidatos negros, mas não limita essas vagas. Curiosamente, a FURG reproduzia tal limitação, ou seja, desde 2014, quando ampliado para um total de 50% de vagas reservadas para estudantes de escola pública, o candidato optava apenas por concorrer nas vagas reservadas para negros ou pelo acesso Universal, no SISU, não sendo de fato efetivada a política de cotas. Tal indispensabilidade acarretava uma penosa escolha entre direitos e, conseqüentemente, a restrição ao acesso dos estudantes cotistas, uma vez que o número de vagas pelo acesso universal é maior do que a reserva para pretos e pardos (percentual a partir do IBGE). Assim ao invés de ampliar o acesso, a medida restringia

os sujeitos de direito da política pública. Entendendo que a política de cotas não limita o direito ao acesso universal/ampla concorrência, o coletivo lutou desde 2015 para que a universidade revisse esta falha, que tinha por consequência menor número de admissão de pessoas negras em decorrência da característica imperativa. Para pautar tal irregularidade, o Coletivo Macanudos baseou-se na Lei nº 12.990/2014, na lei 12.711 e em editais de outras IES, as quais preveem a concorrência concomitante às vagas reservadas e a ampla concorrência. Em dezembro de 2018, juntamente com a Portaria Normativa nº4 do Ministério do planejamento, após quatro anos de reivindicações, a FURG finalmente passa a utilizar a concorrência concomitante nos seus editais.

E) As cotas para professores/as e a ampliação do número de vagas: No ano de 2018, o Coletivo Macanudos, juntamente ao NEABI-FURG, apresentou ao Programa de Ações Afirmativas (PROAAf), um estudo sobre os editais para concursos de docentes da Universidade, que apresentava informações na qual constava o fato degradante de que as vagas eram publicadas de maneira separada, não resultando na soma de mais do que duas vagas em cada edital, e esse assim, a Universidade estaria isenta de atender à Lei 12.990/2014, que obriga a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para candidatos negros, quando o número de vagas for igual ou superior a três. Foi criada uma comissão para dialogar com a gestão universitária, incluindo o Conselho Municipal do Negro (COMDESCCON), para cobrar um posicionamento para tal situação. A gestão instituiu um grupo de trabalho, com representantes do Coletivo, NEABI e PROAAf, que apresentaram além do estudo acerca dos editais, uma pesquisa a qual detalhava a maneira como outras instituições elaboram editais para efetivarem a política de ações afirmativas também para o corpo docente. A Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEP), responsável por editais, no que tange o acesso de servidores da universidade, acolheu as sugestões do grupo de trabalho e, a partir disso, comprometeu-se em agrupar as vagas para os próximos concursos e, por fim, atender aos critérios da lei. Embora menos de 1% dos professores universitários sejam negros, é essencial que, no espaço docente das universidades, haja uma modificação e se passe a abarcar um corpo docente mais diverso e representativo que contemple a diversidade da população brasileira. Assim, é fundamental que os processos seletivos de acesso sejam mais justos e deixem de atender à critérios de cunho meritocrático, que fatalmente favorecem àqueles que possuem mais acesso.

F) Cotas sociais nos Programas de Pós-Graduação (*lato sensu e stricto sensu*) em 2019: Quando pautamos pela primeira vez a política de cotas no Ensino Superior, nunca

nos referimos apenas à graduação, pois compreendemos as desigualdades sociais que reverberam nas diferentes carências e dificuldades que acometem a população negra há aproximadamente 519 anos em todos os níveis de escolarização. Pensar o racismo de maneira aprofundada, demanda reconhecer o papel que este sintoma social têm, na construção de todas as instituições, incluindo e principalmente, as instituições de ensino. Implica compreender o mesmo, não só enquanto práticas e falas racistas, mas também nas inter-relações de poder que se estabelecem nos diferentes espaços, considerando, aqueles em que se pautam o acesso à informação e a possibilidade de ascensão social e econômica. Em vista dessas discrepâncias sociais às quais está submetida a população negra, sempre foi importante – mas há pouco considerada realmente como – a presença das cotas no ensino de pós-graduação, pois sabemos que, quanto maior o nível de qualificação, menor é a presença das pessoas negras em instituições: “Estima-se que para cada 100 brancos no mestrado, há 34 negros; e, para cada 100 brancos no doutorado, há 29 negros” (SILVA, 2016, p. 3). Silva (2016) nos adverte que o racismo limita a forma como a graduação é vivenciada por estudantes da comunidade negra, estendendo-se à pós-graduação, no que se refere ao desenvolvimento de pesquisas e à escolha de orientadores ou orientadoras. Após 7 anos de muita insistência do Coletivo, e cerca de 3 anos da Portaria 12/2016 (MEC), que prevê políticas de ações afirmativas nos programas de pós-graduação das universidades e institutos federais, é aprovada pelo Conselho Universitário, no dia 29 de março de 2019, a regulamentação das políticas de ações afirmativas no âmbito da Pós-graduação da FURG.

G) **Prioridade de bolsas para os cotistas:** tamanhos são os obstáculos de acesso e permanência no ensino superior, e assim, entendemos que é importante estabelecer prioridades no que tange a concessão das bolsas remuneradas. Em 2017, o Coletivo Macanudos cobra a implementação de um sistema de cotas na distribuição de bolsas de pesquisa, ensino e extensão, que posteriormente ficou conhecido como EPEC – Social. Tal movimento se deu pelo entendimento que, para pessoas cotistas e pobres, as bolsas se configuram como uma fonte de renda, além de fomentarem a experiência acadêmica, auxiliam na permanência desses estudantes contemplados, sobretudo com o avanço dos cortes realizados pela universidade na política de assistência estudantil, e com a extinção do auxílio permanência ofertado pela Universidade, a partir do mesmo ano.

H) **Auxílio Estudantil provisório para os estudantes cotistas:** Com a plena convicção de que não basta apenas ingressar na universidade, mas é preciso pensar também a permanência, o Coletivo pautou, junto à PRAE, a criação do auxílio provisório para os

estudantes, como uma maneira de garantir acesso ao Restaurante Universitário (RU); e o auxílio transporte de forma integral, desde o momento da matrícula até o resultado final dos editais de assistência estudantis. Em janeiro de 2018, a demanda do Coletivo foi efetivada e implementada de modo que as refeições passaram a custar metade do valor integral, e a outra metade seria paga pela própria Universidade, oferecendo subsídio parcial no RU aos cotistas no momento do seu ingresso.

Nesta perspectiva, podemos observar transformações subjetivas e objetivas, que só foram possíveis através da coletividade e da presença de sujeitos que se encontraram à frente das margens sociais constituídas historicamente na trajetória do Brasil, e do Rio Grande do Sul (considerado um dos estados brasileiros mais racistas do país). Consideramos também, que o Coletivo Macanudos contribuiu para a formação de uma intelectualidade negra, em que o trabalho intelectual é parte dos esforços pela libertação dos povos oprimidos e subjugados (HOOKS, 1995, p. 466), que só pode ser conquistada através do comprometimento e agência para com o seu povo, tendo em vista o acesso e permanência dos estudantes ou a produção de conhecimento e saúde mental nos espaços desenvolvidos.

Aliás, se considerarmos que o sistema educacional, por muitos anos, reproduziu (e segue reproduzindo) o projeto hegemônico e eurocêntrico proposto no início do século XXI, é possível chegar à conclusão de que não basta incluir as camadas populares nas escolas, sem (re) politizar o currículo e os indivíduos que permeiam o espaço. Para tanto, é preciso mantermos em mente que o “currículo – tal como o conhecimento e a cultura – não pode ser pensado fora das relações de poder” (SILVA, 1999, p. 16).

Os processos formativos questionadores se constroem pela compreensão e consideração das diferentes realidades sociais existentes e “é nesse âmbito que se insere a escola. Poderíamos dizer que, desse ponto de vista, é mais do que escola, é território de conhecimentos e projetos” (MIRANDA, 2014, p. 38). Sabe-se que se é território, é local contestado, de disputa entre projetos de educação e sociedade que se confrontam e constroem dinamicamente. Visto que, se reconhecermos que a educação formal é permeada de preconceitos, é imperativo desta forma, construir projetos que questionem as estruturas constituídas e promovam práticas para a transformação social.

Considerações Finais

Pretendemos, no decorrer desta escrita, apresentar o Coletivo de Negras e Negros - Macanudos, que há oito anos modifica constantemente a história da Universidade Federal do Rio Grande e do município de Rio Grande, no extremo sul do Brasil. Reconhecemos, consideramos e saudamos aqui, as parcerias que tivemos e que atuaram em conjunto com nossos esforços para que todas nossas ações fossem realizadas da melhor forma possível. Nos propomos, enquanto coletivo, a refletir e tencionar o racismo presente não só na Universidade, mas em todas as instituições presentes nesse Estado racista.

Ademais, nossos esforços têm nos apresentado cotidianamente novas e outras formas de militância, de estudos e de pesquisas politicamente comprometidas a partir deste espaço interseccional que ocupamos, enquanto sujeitas/os que tiveram histórias e identidades roubadas, mas que continuam na tentativa de nos solidificar enquanto povo, mesmo que muitas vezes, apenas em estilhaços construídos à muito custo. Nossas energias direcionam-se e acumulam-se na necessidade de tornar esse resgate histórico cada vez mais real, tornando o processo de democratização do espaço universitário e escolar cada vez mais amplo e, principalmente, resistindo frente a qualquer violência e retrocesso JUNTOS.

Por fim, agradecemos e honramos a luta dos nossos ancestrais e nossos mais velhos, que vieram antes de nós e batalharam para garantir o acesso da nossa geração ao ensino superior. A educação sempre foi pauta nas comunidades negras e a limitação do acesso ao sistema educacional, sempre fez parte de projeto estatal para determinar a margem enquanto único espaço possível, contudo, hoje, uma pequena parcela das nossas comunidades acessam ao ensino superior e buscam fazer rupturas no modelo universalista de ensino, ao incluir e destacar os saberes excluídos e de fato, lutar para democratizar o acesso e a permanência no sistema educacional.

O presente trabalho faz parte de um conjunto destas tentativas, e com dedicação, garra e afetividade, nos comprometemos com o movimento, que nos educou e possibilitou nossa (re) existência coletiva na universidade enquanto alunas e alunos pretos, entendendo a importância de reconhecer os coletivos negros como potências na luta por uma educação antirracista e mais igualitária e inclusiva; e a importância dos movimentos negros para a implementação, fiscalização e efetivação das políticas públicas.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AMARAL, Marcel Jardim. **O negro e a luta por reconhecimento:** as cotas raciais na universidade. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Fundação Universidade Federal do Rio Grande / FURG, Rio Grande, 2019.

ÁVILA, Luciane dos Santos. **Ações afirmativas e as relações étnico-raciais:** análise sobre os processos seletivos específicos de estudantes indígenas e quilombolas da FURG. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Fundação Universidade Federal do Rio Grande / FURG, Rio Grande, 2017.

BANDEIRA, Charlene da Costa. **Coletivo Macanudos:** espaço de acolhimento e resistência. “SobreVivências” dos alunos negros no espaço universitário. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia). Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Rio Grande/RS. 2019.

BRASIL. **Lei nº. 12.711.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 de ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 18 jul. 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2005.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bordieu:** sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

CAIXETA, Bianca Aparecida dos Santos. **Movimento negro universitário:** um olhar decolonial sobre afetos, trajetórias e a organização política dos grupos/coletivos negros na Universidade de Brasília. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo. **Niterói**, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 ago. 2020.

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (orgs.). **Escrivivência: a escrita de nós:** reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FEFERMANN, Marisa. **A luta contra o genocídio da juventude negra:** reflexões sobre a realidade brasileira. Acta científica XXIX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología, 2013, Asociación Lationamericana de Sociología, 2013, p. 1-15.

FONSECA, Marcus Vinicius. **A educação dos negros**: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: ESUSF, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOULART, Treyce Ellen Silva. Identidade negra e quilombola no Rio Grande do Sul: estudo de caso sobre a primeira comunidade quilombola de Rio Grande. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**, 2013, Natal. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**. 31: 25-49, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, s, Florianópolis, UFSC, v. 3, n. 2. p. 464-476, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 04 mar. 2020.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como a prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MARTINS DA SILVA, L. F. **Estudo sócio-jurídico relativo à implementação de políticas de ação afirmativa e seus mecanismos para negros no Brasil**: Aspectos legislativo, doutrinário, jurisprudencial e comparado, MEC-SEPPPIR, 2001.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Diversidade e ações afirmativas**: combatendo as desigualdades sociais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. I reimpr. da 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NUNES, Georgina Helena Lima. Autodeclarações e comissões: responsabilidade procedimental dos/as gestores/as de ações afirmativas. In: DIAS, Gleidson Renato Martins; JUNIOR; Paulo Roberto Faber Tavares (Orgs). **Heteroidentificação e cotas raciais**: dúvidas, metodologias e procedimentos. Canoas: IFRS campus Canoas, 2018. p. 11-31.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SANTOS, Joel Rufino dos. **A questão do negro na sala de aula**. 2 ed. São Paulo: Editora Global, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, Milton. O intelectual e a universidade estagnada. **Revista Adusp**, n. 11, p. 16-20, out. 1997. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/revistas/11/r11a03.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Discursos étnico-raciais de pesquisadores (as) negros (as) na pós-graduação: acesso, permanência, apoios e barreiras. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 537-540, ago. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/11593>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche**: A poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999.

Recebido em: 26 de outubro de 2020.

Aprovado em: 13 de dezembro de 2020.